

DISCIPLINA: Direito Ambiental	CH – total: 72h
SEMESTRE DE ESTUDO: 5º Semestre	
TURNO: Matutino / Noturno	CÓDIGO: DIR129

1. EMENTA:

A proteção ambiental. Os princípios jurídicos de defesa do meio ambiente. O direito positivo nacional e estrangeiro. Os instrumentos de proteção. Competências constitucionais ambientais. Licenciamento ambiental. Direito Urbanístico. Recursos hídricos. Gestão de florestas públicas. O Poder Judiciário e o Ministério Público na proteção do meio ambiente.

2. OBJETIVO GERAL

Familiarizar o estudante com os conceitos fundamentais do Direito Ambiental.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender a importância do estudo do Direito Ambiental e seus diversos pontos de interdisciplinaridade, bem como apresentar a legislação, os instrumentos e as competências dos órgãos responsáveis pela proteção do meio ambiente.

4. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. A necessidade de proteção do meio ambiente

- 1.1. A preocupação com a natureza
- 1.2. As expectativas ambientais para o século 21
- 1.3. Classificação didática do meio ambiente
 - 1.3.1. Meio ambiente natural
 - 1.3.2. Meio ambiente cultural
 - 1.3.3. Meio ambiente artificial
 - 1.3.4. Meio ambiente do trabalho
 - 1.3.5. Patrimônio genético

2. Princípios do Direito Ambiental

- 2.1. Introdução
- 2.2. Princípio do direito humano fundamental
- 2.3. Princípios da prevenção e da precaução
- 2.4. Princípio do equilíbrio
- 2.5. Princípio da responsabilidade
- 2.6. Princípio do poluidor-pagador

2.7. Princípio do desenvolvimento sustentável

2.8. Princípio do limite

2.9. Princípio democrático

3. Competências ambientais

3.1. Introdução

3.2. Competências constitucionais

3.2.1. Fundamentos da ordem federal

3.2.2. Competências materiais (exclusivas e comuns) e competências legislativas (privativa, concorrente, suplementar e exclusiva)

3.2.3. Competências municipais

3.2.4. As diversas competências da Constituição Federal

3.3. Quadro ilustrativo das competências constitucionais ambientais

4. O art. 225 da Constituição Federal

4.1. A importância do art. 225

4.2. A leitura do art. 225 da Constituição Federal

4.3. As partes que compõem o art. 225

4.3.1. Regra-matriz – o caput do artigo

4.3.2. Os Instrumentos de garantia - § 1º

4.3.3. As determinações particulares - §§ 2º a 6º

4.4. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

4.4.1. Criação e estrutura

4.4.2. Finalidades

5. A Política Nacional do Meio Ambiente

5.1. O que é a Política Nacional do Meio Ambiente

5.2. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente

5.3. Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente

5.3.1. Objetivos gerais

5.3.2. Objetivos específicos

5.4. Quadro dos princípios da PNMA

5.5. O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA

5.5.1. Origem do SISNAMA

5.5.2. Órgão Superior

5.5.3. Órgão Consultivo e Deliberativo

5.5.4. Órgão Central

5.5.5. Órgão Executor

- 5.5.6. Órgãos Setoriais
- 5.5.7. Órgãos Seccionais
- 5.5.8. Órgãos Locais
- 5.6. Os instrumentos da Política Nacional
 - 5.6.1. Padrões de qualidade ambiental do Meio Ambiente
 - 5.6.2. Zoneamento ambiental
 - 5.6.3. Avaliação de impactos ambientais
 - 5.6.4. Licenciamento ambiental
 - 5.6.5. Incentivos à produção e instalação de equipamentos e à criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental
 - 5.6.6. Criação de espaços territoriais especialmente protegidos
 - 5.6.7. Sistema nacional de informações sobre o meio ambiente
 - 5.6.8. Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental
 - 5.6.9. Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção de degradação ambiental
 - 5.6.10. Relatório de Qualidade do Meio Ambiente
 - 5.6.11. A garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente
 - 5.6.12. Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais
- 5.7. Roteiro do EIA/RIMA
 - 5.7.1. Estudo de impacto Ambiental
 - 5.7.2. Relatório de Impacto do Meio Ambiente

6. Responsabilidade e Dano Ambiental

- 6.1. Introdução
- 6.2. Dano ambiental – conceito e previsão legal
- 6.3. Excludentes – Caso fortuito e força maior
- 6.4. Reparação e recuperação
- 6.5. Responsabilidade objetiva
 - 6.5.1. Conceito
 - 6.5.2. Relação de causalidade e dano

7. A Lei n.º 9.605/98 – A Lei dos Crimes Ambientais

- 7.1. Alguns aspectos iniciais quanto a Lei dos Crimes Ambientais
- 7.2. Responsabilidade administrativa
 - 7.2.1. Disposições gerais
 - 7.2.2. A responsabilidade da pessoa jurídica

- 7.6. As infrações administrativas
- 7.7. A cooperação internacional e a Medida Provisória 2.163/2001
- 7.8. Considerações finais à Lei n.º 9.605/98

8. A Lei n.º 9.433/97 – A Política Nacional de Recursos Hídricos

- 8.1. Fundamentos
- 8.2. Objetivos
- 8.3. Diretrizes
- 8.4. Instrumentos
- 8.5. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
 - 8.5.1. Objetivos
 - 8.5.2. Composição
- 8.6. Conclusões

9. A Lei n.º 11.284/06 – Gestão de florestas públicas

- 9.1. Princípios
- 9.2. Definições legais
- 9.3. O procedimento para a gestão
- 9.4. Responsabilidade pelo controle e fiscalização ambiental
- 9.5. O Serviço Florestal Brasileiro
 - 9.5.1. Competência
 - 9.5.2. Estrutura

10. O Ministério Público e o Poder Judiciário na proteção do meio ambiente

- 10.1. O Ministério Público na defesa do meio ambiente
 - 10.1.1. As atribuições constitucionais
 - 10.1.2. Atuação extrajudicial
 - 10.1.3. Atuação judicial
- 10.2. A participação do Ministério Público e do Poder Judiciário na defesa do meio ambiente e o posicionamento dos Tribunais.

11. Direito Urbanístico

- 11.1. Introdução
- 11.2. Constituição Federal e Política Urbana
 - 11.2.1. Diretrizes
 - 11.2.2. Instrumentos
- 11.3. Algumas figuras jurídicas do Estatuto da Cidade
 - 11.3.1. Comentários iniciais
 - 11.3.2. Parcelamento, edificação e utilização compulsórios

- 11.3.3. IPTU progressivo
- 11.3.4. Desapropriação
- 11.3.5. Usucapião especial de imóvel urbano
- 11.3.6. Concessão de uso especial para fins de moradia
- 11.3.7. Direito de superfície
- 11.3.8. Direito de preempção
- 11.3.9. Outorga onerosa do direito de construir
- 11.3.10. Operações urbanas consorciadas
- 11.3.11. Transferência do direito de construir
- 11.3.12. Estudo de impacto de vizinhança
- 11.3.13. Plano Diretor

12. Licenças ambientais

- 12.1. Conceito
- 12.2. Tipos de licenças ambientais
- 12.3. Definição de competências para licenciar

13. Estudos Ambientais para o licenciamento

- 13.1. Introdução
- 13.2. Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA
- 13.3. Estudos ambientais simplificados ou específicos
- 13.4. Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD.
- 13.5. Análise de Risco e Programas de Monitoramento.

14. Licenças e Registros

- 14.1. Introdução
- 14.2. Atividades cujo registro ou licenciamento ambiental são obrigatórios
- 14.3. Atividades cujo licenciamento depende da apresentação de estudos ambientais prévios.
- 14.4. Atividades cujo registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental é obrigatório
- 14.5. Atividades cujo registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais é obrigatório
- 14.6. Órgãos ambientais nos Estados

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esquemas de aulas, resumos e discussões de textos doutrinários e jurisprudenciais. Análise de casos concretos, visitas a conselhos arbitrais e entrevistas.

6. RECURSOS DIDÁTICOS

→ Aulas expositivas.

7. AVALIAÇÃO

Serão efetuadas 2 (duas) avaliações. Sendo duas provas escritas, podendo envolver questões dissertativas e questões de múltipla escolha.

8. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: RT.

9. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Max Limonad.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva.

GUANABARA, Diogo Assis Cardoso. **O Problema Jurídico da Localização dos Aterros de Resíduos Sólidos**. Salvador: Faculdade Baiana de Direito.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva.

TRENNEPOHL, Terence Dornelles. **Fundamentos de Direito Ambiental**. Salvador: Editora JusPODIVM.

10. BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito Processual Coletivo Brasileiro**. Um novo ramo do direito processual. São Paulo: Saraiva.

ALTAVILA, Jayme de. **Origem dos Direitos dos Povos**. 5. ed. São Paulo: Ícone Editora.

ALVES, Wagner Antônio. **Princípios da Prevenção e da Precaução no Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Juarez de Oliveira.

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Federalismo e Competências Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **A Tutela Judicial do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

ARAÚJO, Cláudia Campos de et al. **Meio Ambiente e Sistema Tributário – Novas**

Perspectivas. São Paulo: SENAC São Paulo.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição, 2.^a edição, São Paulo: Saraiva.

BOBBIO, Norberto. Teoria della Norma Giuridica. Torino: G. Giappichelli Editore.

_____. Teoria do Ordenamento Jurídico. 6. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

BORGES, José Souto Maior. Curso de Direito Comunitário. São Paulo: Saraiva.

CASTRO E COSTA, Nicolao Dino de; CASTRO E COSTA, Flávio Dino; BELLO FILHO, Ney de Barros. Crimes e infrações administrativas ambientais. Brasília: Editora Brasília Jurídica.

CARNEIRO, Ricardo. Direito Ambiental. Uma Abordagem Econômica. Rio de Janeiro: Forense.

CAUBET, Christian Guy. A água, a lei, a política...e o meio ambiente? Curitiba: Juruá.

ELALI, André. Tributação e Regulação Econômica – Um Exame da Tributação como Instrumento de Regulação Econômica na Busca da Redução das Desigualdades Regionais. São Paulo: MP.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Princípios do Processo Ambiental. São Paulo: Saraiva.

_____. Estatuto da Cidade Comentado. São Paulo: RT.

GARCÍA-PELAYO, Manuel. Las Transformaciones del Estado Contemporáneo. Madrid: Alianza Editorial.

GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 3. ed. São Paulo: Malheiros.

IHERING, Rudolf von. A Luta pelo Direito. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense.

KRELL, Andreas Joachim. Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha – Os (Des)Caminhos de um Direito Constitucional “Comparado”. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

_____. O Município no Brasil e na Alemanha – Direito e Administração Pública Comparados. São Paulo: Oficina Municipal.

_____. Discricionariedade Administrativa e Proteção Ambiental – O Controle dos Conceitos Jurídicos Indeterminados e a Competência dos Órgãos Ambientais – Um Estudo Comparativo. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. Direito Ambiental na Sociedade de Risco. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 2. ed. São Paulo: RT.

LÓPEZ, José Manuel Castillo. La Reforma Fiscal Ecológica. Granada: Comares.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 14.^a ed. São Paulo: Malheiros.

_____. Direito à informação e meio ambiente. São Paulo: Malheiros.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Direito Constitucional Interpretado. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo. 19.^a ed. São Paulo: Saraiva.

MEDAUAR, Odete e ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de (Coord.). Estatuto da Cidade: Lei n.º 10.257/01. São Paulo: RT.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 8.^a edição, São Paulo: Malheiros.

MODÉ, Fernando Magalhães. Tributação Ambiental – A Função do Tributo na Proteção ao Meio Ambiente. Curitiba: Juruá.

MOLINA, Pedro M. Herrera. Derecho Tributario Ambiental. Madrid: Marcial Pons.

MORAES, Márcia Elayne Berbich de. A (In)Eficiência do Direito Penal Moderno para a Tutela do Meio Ambiente na Sociedade de Risco (Lei n.º 9.605/98). Rio de Janeiro: Lumen Juris.

NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio do. Direito Ambiental Internacional. Rio de Janeiro: Thex.

NERY Jr., Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. 6.^a ed. São Paulo: RT.

NINO, Carlos Santiago. Introducción al Análisis del Derecho. Barcelona: Ariel.

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. Direito Tributário e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Forense.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Elementos de Direito Ambiental, 2.^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SADELLER, Nicolas de. Environmental Principles – From Political Slogans to Legal Rules. New York: Oxford University Press Inc.

SALIBA, Ricardo Berzosa. Fundamentos do Direito Tributário Ambiental. São Paulo: Quartier Latin.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional, 4.^a ed. São Paulo: Malheiros.

SILVEIRA, Patrícia Azevedo da. Competência Ambiental. Curitiba: Juruá.

TELLES JR., Goffredo. Estudos. São Paulo: Juarez de Oliveira.

TORRES, Ricardo Lobo. A Idéia de Liberdade no Estado Patrimonial e no Estado Fiscal. Rio de Janeiro: Renovar.

TRENNEPOHL, Curt. Infrações contra o meio ambiente: multas e outras sanções administrativas – Comentários ao Decreto n.º 3.179/99. Belo Horizonte: Fórum.

TRENNEPOHL, Curt e TRENNEPOHL, Terence. Licenciamento Ambiental. Niterói: Impetus.

2. Capítulos de livros e revistas:

AYALA, Patryck de Araújo. “A Proteção Jurídica das Futuras Gerações na Sociedade de Risco Global: o Direito ao Futuro na Ordem Constitucional Brasileira”. In: FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). Estado de Direito Ambiental: Tendências. Aspectos Constitucionais e Diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 229-268.

BENJAMIM, Antônio Herman V. (Coord.) “O Princípio Poluidor-Pagador e a reparação do dano ambiental”. In: Dano Ambiental: Prevenção, Reparação e Repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____. “Crimes contra o meio ambiente: uma visão geral”. Direito Ambiental em Evolução 2. FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.) Curitiba: Juruá.

_____. “Responsabilidade civil pelo dano ambiental”. Revista de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, n 9, ano 3, jan/mar.

BORGES, José Souto Maior. Parecer sobre aspectos diversos da taxa florestal. Vox Legis, n. 134, p. 63-104, fev.

CAPELLI, Silvia. “Responsabilidade penal da pessoa jurídica em matéria ambiental: uma necessária reflexão sobre o disposto no Art. 225, § 3º, da Constituição Federal”. Revista de Direito Ambiental, nº 1, São Paulo: RT.

CUNHA, Paulo. A Globalização, a Sociedade de Risco, a Dimensão Preventiva do Direito e o Ambiente. In: FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). Estado de Direito Ambiental: Tendências. Aspectos Constitucionais e Diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 109-147.

DANTAS, Fabiana Santos. Gerenciamento de Recursos Hídricos: Uma Análise Crítica da Lei n.º 9.433/97. In: KRELL, Andreas J. (Org.). Aplicação do Direito Ambiental no Estado Federativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 267-365.

DIAS, Jean Carlos. Políticas públicas e questão ambiental. Revista de Direito Ambiental, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 8, n. 31, p. 117-135, jul.-set.

FERNANDES, Edésio. Estatuto da Cidade: Promovendo o Encontro das Agendas “Verde” e “Marrom”. In: FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). Estado de Direito Ambiental: Tendências. Aspectos Constitucionais e Diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 293-330.

FERREIRA, Heline Sivini. O Risco Ecológico e o Princípio da Precaução. In: FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). Estado de Direito Ambiental: Tendências. Aspectos Constitucionais e Diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 55-70.

GOMES, Carla Amado. Dar o Duvidoso pelo (In)certo? Reflexões sobre “o Princípio da Precaução”. In: I Jornadas Luso-Brasileiras de Direito do Ambiente. Lisboa: Instituto do Ambiente, p. 279-310.

HAMMERSCHMIDT, Denise. O risco na sociedade contemporânea e o princípio da precaução no direito ambiental. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo: Revista dos Tribunais ano 8, n. 31, p. 136-156, jul.-set.

HORTA, Raul Machado. O Federalismo no Direito Constitucional Contemporâneo. Belo Horizonte: *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, v. 41, n. 4, p. 189-231, out.-dez.

KRELL, Andreas Joachim (Org.). *Autonomia Municipal e Proteção Ambiental: Critérios para Definição das Competências Legislativas e das Políticas Locais*. In: *Aplicação do Direito Ambiental no Estado Federativo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 147-203.

_____. “O licenciamento ambiental no SISNAMA: competência e controle”. *Paisagem, Natureza e Direito*. BENJAMIN, Antonio Herman (Org.). São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde.

MELLO, Rafael Munhoz de. Aspectos essenciais do Federalismo. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 10, n. 41, p. 135-155, out.-dez.

MENEZES, Paulo Roberto Brasil Teles de. O direito do ambiente na era de risco: perspectivas de mudança sob a ótica emancipatória. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 8, n. 32, p. 123-144, out.-dez.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Princípios Fundamentais do Direito Ambiental. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 2, ano 1, p. 50-66.

NOGUEIRA, Ana Carolina Casagrande. O Conteúdo Jurídico do Princípio de Precaução no Direito Ambiental Brasileiro. In: FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). *Estado de Direito Ambiental: Tendências. Aspectos Constitucionais e Diagnósticos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 189-228.

OLIVEIRA E COSTA, José Kalil de. Ministério Público e Atuação Ambiental. In: LEITE, José Rubens Morato e DANTAS, Marcelo Buzaglo (Orgs.). *Aspectos Processuais do Direito Ambiental*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

PORFÍRIO JÚNIOR, Nelson de Freitas. Federalismo, tipos de Estado e conceito de Estado Federal. In: CONTI, José Maurício (Org.). *Federalismo Fiscal*. São Paulo: Manole, p. 1-13.

RAMOS, Érika Pires. Direito Ambiental Sancionador: Conexões entre a Responsabilidade Penal e Administrativa. In: KRELL, Andreas J. (Org.) *Aplicação do Direito Ambiental no Estado Federativo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 83-145.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. O Mercosul, os agrotóxicos e o princípio da precaução. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 7, n. 28, p. 41-57, out.-dez.

ROCCO, Rogério. Dos instrumentos tributários para a sustentabilidade das cidades. In: ROCCO, Rogério; COUTINHO, Ronaldo (Orgs.). *O Direito Ambiental das Cidades*.

Rio de Janeiro: DP&A.

SADELLER, Nicolas de. O Estatuto do princípio da precaução no direito internacional. In: VARELLA, Marcelo Dias; PLATIAU, Ana Flávia Barros (Orgs.). Princípio da Precaução. Belo Horizonte: Del Rey, p. 47-74.

SANTOS, Antonio Silveira dos. O Direito Ambiental: Sua Formação e Importância. Revista dos Tribunais, out.

TORRES, Ricardo Lobo. Valores e Princípios no Direito Tributário Ambiental. In: TORRES, Heleno Taveira (Org.). Direito Tributário Ambiental. São Paulo: Malheiros, p. 21-54.

TRENNEPOHL, Terence Dornelles. Considerações sobre a Atividade Financeira do Estado. Revista da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, Recife: ESMAFE, n. 7, p. 295-301, ago.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. “A efetividade da proteção do meio ambiente e a participação do Judiciário”. Desafios do Direito Ambiental no Século XXI. Sandra Akemi Shimada Kishi, Solange Teles da Silva e Inês Virgínia Prado Soares (Orgs.). São Paulo: Malheiros.

ZEOLA, Senize Freire Chacha. ICMS – Instrumento de proteção e conservação do meio ambiente. Revista de Direito Ambiental, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 8, n. 30, p. 179-197, abr.-jun.